

PORTAL DE
PESQUISA TEXTUAL

Pesquisa:

Livre
Em Formulário

Sexta-feira, 30 de Março de 2012.

Expressão de Pesquisa: (AC-1340-19/11-P)[numd][B001,B002,B012]
Bases pesquisadas:
Documento da base: Acórdão
Documentos recuperados: 1
Documento mostrado: 1

Visualizar este documento no
formato:

Formato Padrão para Acórdãos

[Anterior](#) | [Próximo](#)**Identificação**

Acórdão 1340/2011 - Plenário

Número Interno do Documento

AC-1340-19/11-P

Grupo/Classe/Colegiado

GRUPO II / CLASSE VII / Plenário

Processo

029.352/2009-5

Natureza

Representação

Entidade

Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Interessados

Interessados/Responsáveis: Ministério Público Federal, na pessoa da Procuradora da República no Distrito Federal, Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento

3.1. Responsáveis: Luiz Antonio Pagot (CPF 435.102.567-00), Diretor-Geral

Sumário

REPRESENTAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES COMETIDAS NA CONCORRÊNCIA 159/2009. PARCIALMENTE PROCEDENTE. DETERMINAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

Considera-se parcialmente procedente a Representação para fazer determinações e alertas ao órgão, a serem observados em futuras licitações

Assunto

Representação

Ministro Relator

RAIMUNDO CARREIRO

Representante do Ministério Público

Lucas Rocha Furtado

Unidade Técnica

1ª Secex

Advogado Constituído nos Autos

Renato Soares Cunha (OAB/MG 36.060); Arianne Soares de Oliveira (OAB/MG 71.862); Leo Alves de Assis Jr. (OAB/MG 97.013); Heloisa Maristela Pereira (OAB/MG 95.480); Adriano José Borges Silva (OAB/BA 17.025); Adriele Pinheiro Reis Ayres de Britto (OAB/DF 23.490); Giovanna Ramos Mee do Nascimento (OAB/DF 30.790); Robson Maia Lins (OAB/SP 208.576); Olívia Tonello Mendes Ferreira (OAB/DF 21.776); Maurício Charlita de Freitas (OAB/DF 25.891); Marco Antonio Meneghetti (OAB/DF 3.373); Maurício Maranhão de Oliveira (OAB/DF 11.400); Marília de Almeida Maciel Cabral (11.166); Jonas Cecílio (OAB/DF 14.344); Márcio Herley Trigo de Loureiro (OAB/DF 11.712); Eduardo Han (OAB/DF 11.714); Carolina Pieroni (OAB/DF 17.512)

Ministro Revisor

WALTON ALENCAR RODRIGUES

Dados Materiais

Apenso: TC 023.508/2010-8

Relatório do Ministro Relator

Adoto como Relatório, nos termos do art. 1º, § 3º, inciso I, da Lei 8.443/92, a instrução de fls. 61/98, v. principal, lavrada no âmbito da 1ª Secretaria de Controle Externo - 1ª Secex, com pareceres uniformes:

"INTRODUÇÃO

Mediante o Ofício GAB PR/DF/RB Nº 490/09, o Ministério Público Federal representou ao Tribunal (fls. 1/2, Principal) acerca de possíveis irregularidades na Concorrência 159/2009 do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

1.1 A licitação visa à contratação de empresas para execução dos serviços de reabilitação, manutenção, fornecimento e implantação de dispositivos de segurança do tipo defensas metálicas (guard rail) em rodovias federais.

1.2 O Edital divide o objeto em oito lotes, consistentes em trechos rodoviários distribuídos pelas 27 unidades da federação. Os lotes possuem planilhas de orçamento similares, ou seja, com os mesmos 21 itens de serviço, mas com quantidades distintas (planilhas juntadas à f. 65/72 do Anexo 2). Todos os itens são voltados para a manutenção, reparos e instalação de defensas metálicas.

2. A Representação apontou indícios de que o preço estimado para a licitação estaria acima do preço de mercado, especialmente em função de sobrepreço das defensas metálicas, um dos principais insumos para a execução dos serviços. Ademais, é sugerido que seria mais vantajoso para a administração o fracionamento do certame em duas etapas: fornecimento e montagem.

EXAME JÁ REALIZADO NESTES AUTOS

Sobrepreço das defensas

3. A instrução preliminar dos autos, à f. 16/20, concentrou-se no item 1 das planilhas de serviços, "Defensa semi-maleável simples (forn/impl)", por ter valor bem maior do que os demais itens e por ser aquele para o qual se poderia avaliar a existência de sobrepreço com maior clareza.

4. Naquele exame, observou-se, inicialmente, que os valores do item 1 das planilhas dos orçamentos de referência da licitação do DNIT (planilhas de orçamento) encontravam-se na faixa de R\$ 208,20 (lote 8) a R\$ 241,19 (lote 3) e

estavam de acordo com os preços constantes nas tabelas do Sistema de Custos Rodoviários - Sicro, que é aceito, em geral, pelo Tribunal, como referência dos preços de mercado.

5. De acordo com a notícia-crime encaminhada ao Ministério Público (fls. 3, Principal), da qual se originou a representação, o preço orçado pelo DNIT (preço médio) para fornecimento e implantação de defensas estaria em R\$ 238,00 (o metro linear), enquanto o valor encontrado no mercado seria de cerca de R\$ 85,00 para o fornecimento e R\$ 20,00 para implantação.

6. É oportuno esclarecer, aqui, que o serviço de fornecimento e instalação de defensas metálicas é precificado no Sicro em tabelas distintas, de acordo com a região do país. Essas tabelas informam o preço final do serviço, por metro, bem como a sua composição, na qual constam, além do custo das defensas (o material, apenas), outros como mão de obra, equipamentos, BDI, etc. À f. 31/64 do Anexo 2 foram juntadas cópias dessas tabelas, inclusive para o mês de setembro de 2008, que é o mês de referência definido no item 23.1.1 do edital para os preços e propostas.

7. O exame realizado neste processo, que, como dito, já havia se concentrado no item 1 das planilhas de serviços, "Defensa semi-maleável simples (forn/impl)", passou a tratar especificamente do subitem de maior peso no valor total desse serviço, o do material das defensas. Ressalta-se que é no valor do material das defensas que recai mais claramente o questionamento quanto ao sobrepreço, objeto da presente Representação.

8. As tabelas do Sicro com a composição do preço do serviço "Defensa semi-maleável simples (forn/impl)", a preços de setembro de 2008 (mês de referência do orçamento), foram juntadas aos autos à f. 31/46 do Anexo 2. Essas tabelas indicam que o custo específico do material relativo às defensas encontra-se na faixa de R\$172,56 (Goiás) a R\$ 196,00 (RN, CE, PE, PB).

8.1 As tabelas do Sicro desse mesmo serviço relativas ao mês de novembro de 2009, juntadas aos autos à f. 47/64 do Anexo 2, não apresentam diferenças positivas de valor.

9. Com o objetivo de verificar se os preços das defensas constantes nas tabelas do Sicro estavam, realmente, alinhados aos preços de mercado, foram realizadas consultas, inclusive com uma visita de auditores da 1ª Secex, a representantes comerciais de empresas fabricantes e fornecedoras desses materiais.

9.1 Dois fabricantes responderam (fls. 23/30, Anexo 2) às consultas, indicando seus preços para as quantidades de 18.000 m, 26.000 m e 36.000 m, compatíveis com a licitação em exame:

- O fabricante "ARMCO STACO S.A." apresentou o preços para entrega em algumas cidades, sendo de R\$ 122,00 por metro para entrega na cidade do Rio de Janeiro - RJ (local de fabricação), valor esse já acrescido de impostos;

- A empresa Marangoni apresentou preço de R\$ 95,00/m para retirada na própria fábrica.

10. Assim, considerando que os preços obtidos nas consultas realizadas neste exame estavam bem abaixo dos preços constantes nas tabelas do Sicro, os quais ainda devem ser acrescidos de reajustamento nos contratos, a 1ª Secex realizou, com autorização do relator (por delegação de competência), oitiva do DNIT e das empresas licitantes para que esses se manifestassem sobre o apontado indício de que o valor constante do Sicro para as defensas metálicas estavam muito acima dos preços de mercado e, por conseguinte, também os preços do orçamento de referência do Edital 159/2009 e os preços constantes nas propostas de preços que vieram a ser contratadas.

Indícios de conluio

11. Ao se consultar a ata da 2ª sessão de abertura das propostas de

preços do certame (fls. 2/4, Anexo 2), com data de 21 de agosto de 2009, notou-se que, para o lote 06 da licitação, os Consórcios "Bravias" e "5A" cotaram exatamente o mesmo valor total: R\$ 10.802.735,83. Além disso, as planilhas constantes das propostas são idênticas, conforme se observa à f. 184 do Anexo 1 e f. 766 do Anexo 1 volume 3.

12. No seu relatório final (fls. 5/17, Anexo 2), com data de 1º de setembro de 2009, a Comissão Permanente de Licitações relata a realização de correções das planilhas apresentadas pelo consórcio Bravias em dois itens. De acordo com relatório final, havia discrepâncias entre os valores unitários constantes da "Planilha de Composições de Preço Unitário" (f. 186 do Anexo 1) e "Planilha de Preços Unitários" para os itens 4S 06.010.01 e 4S 06.010.02. Com essas modificações, o preço proposto foi elevado para R\$ 10.982.213,35. Menciona-se, ainda, a concordância do Consórcio Bravias com o novo valor atribuído à sua proposta de preços.

13. Registra-se que foi feita comunicação ao Consórcio Bravias (f. 18/19 do Anexo 2), por meio de fax assinado pela presidente da Comissão de Licitações, para pronunciamento acerca de "dois erros de preços unitários calculados na composição de preços unitários na planilha apresentada", os quais teriam alterado o valor da proposta. Em sua resposta (fls. 20, Anexo 2), o Consórcio Bravias concordou com as correções apontadas pela Comissão de Licitação.

14. A instrução anterior dos autos verificou que, de fato, há um erro de multiplicação na composição do preço unitário dos itens 1 e 2 da planilha de orçamento do Consórcio Bravias. Esses valores são transportados para as planilhas de preços da proposta, de modo que a correção daquela deve refletir nessa. No entanto, isso não descaracteriza o fato de que os dois licitantes apresentaram planilhas de preços idênticas.

14.1 As planilhas de preços são compostas por colunas com a discriminação do item da obra, serviço, a unidade de medida, a quantidade prevista, o preço unitário e o preço total de cada item. Os valores relativos à discriminação, à unidade de medida e à quantidade prevista são fornecidos pelo DNIT e devem ser copiados nas planilhas propostas pelos licitantes. Já os valores relativos aos preços unitários devem ser indicados por cada licitante, assim como os valores da coluna dos preços totais de cada item, que são o produto do preço unitário pela quantidade.

14.2 Assim, os valores relativos aos preços unitários e totais de cada item, assim como a soma desses, que perfaz o valor total da obra, compõem a proposta de cada licitante, de acordo com suas possibilidades de executar os serviços pelo menor preço possível e de acordo com sua intenção de competir.

14.3 Desse modo, a possibilidade de duas propostas serem idênticas em todos os valores dos preços unitários, até a casa dos centavos, é praticamente inexistente. Ressalta-se que os valores cotados pelos Consórcios Bravias e 5A para o lote 6 da licitação são todos diferentes dos valores constantes na planilha do orçamento de referência do DNIT (f. 70 do Anexo 2), de modo que não há a possibilidade de as referidas propostas terem, de forma coincidente, copiado seus valores de uma mesma outra planilha, no caso, a do DNIT, divulgada com o edital.

15. Observou-se, ainda, que as colunas "preço unitário" das planilhas são idênticas também quanto aos estilos. Nesse sentido, por exemplo, tem-se que, para ambos os consórcios, o valor do preço unitário para o item 1 é dado pelo texto:

"211,51 (duzentos e onze reais e cinquenta e um centavos)"

15.1 Observa-se, então, que não existe espaçamento entre o primeiro parêntese e a palavra "duzentos" e que, diferentemente, existe espaçamento entre a palavra "centavos" e o segundo parêntese. Essa coincidência foi tida como mais um indício de que as propostas possuem uma mesma origem, o que representa a combinação prévia entre os dois licitantes.

16. Desse modo, o indício de conluio entre os Consórcios Bravias e 5A também foi objeto de oitiva do DNIT e das licitantes, para que se manifestassem nos autos em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, conforme comunicações à f. 23/26.

EXAME DAS MANIFESTAÇÕES ENCAMINHADAS EM RESPOSTAS ÀS OITIVAS

17. As manifestações dos Consórcios Bravia e 5A foram juntadas aos autos no Anexo 4 e as do DNIT no Anexo 5.

Sobrepreço das defensas

Manifestações do Consórcio Bravias (f. 2/4 do Anexo 4)

18. Segundo o Consórcio, os preços das defensas foram cotados a R\$173,24/m e não discrepam do preço praticado no mercado. Foram apresentados valores de contratações do DER/SP e do DERSA, na faixa de R\$ 196,92/m e R\$ 190,54/m, respectivamente, para serviços de fornecimento e implantação de defensas contratados entre 2008 e 2009.

19. O manifestante afirma que as contratações acima foram celebradas com a Armco, de modo que os preços dessa empresa são compatíveis com os seus.

20. Acrescenta que os preços apresentados pela empresa Marangoni são inexequíveis.

Manifestação do Consórcio 5A (f. 7/16 do Anexo 4)

21. Preliminarmente, o Consórcio alega que haveria certa inconsistência na instrução dos presentes autos por ter ela desconsiderado que os contratos não são de simples fornecimento de defensas em um único local da rodovia, mas de instalação e de manutenção de defensas em trechos rodoviários de mais de seis mil quilômetros distribuídos em quatro estados da federação. Tais serviços demandam atividades como levantamentos, projetos e trabalhos logísticos que representam complexidade para os serviços.

21.1 Desse modo, a cotação de preços realizada, para simples fornecimento de materiais, e de uma só vez, não seria adequada, até porque os serviços serão fracionados em diversos locais e dentro de um cronograma mais alongado, constituído de parcelas, até mesmo em função da disponibilidade de recursos do contratante. Foi indicada a quantidade de 600m de defensas a serem compradas por mês.

21.2 Outros argumentos preliminares apresentados são sintetizados abaixo:

- O fornecimento dos materiais será realizado ao longo de certo tempo, havendo a possibilidade de variação dos preços cobrados pelo fornecedor;
- A instrução do processo não considerou o custo do frete, ou transporte dos materiais, o qual será feito em partes ao longo do contrato;
- Também não foram considerados os custos dos canteiros de obras;
- A contratação foi feita por preço global, de modo que os preços do item 1, relativo às defensas, podem compensar preços defasados relativos a outros itens;
- Como os serviços não são de simples fornecimento, mas de instalação, o prazo entre a compra dos materiais e o recebimento do pagamento contratual representa custo que não foi considerado na análise dos autos;

21.3 Com essas alegações, a manifestante pretende impugnar a análise realizada neste processo.

22. Especificamente quanto ao fato apontado de que os preços constantes no Sicro para as defensas e, conseqüentemente, também os preços contratados pelo DNIT na licitação em tela, estão muito acima dos preços praticados no mercado, a manifestante entende que não procede a conclusão.

22.1 Para fundamentar sua alegação, o Consórcio apresenta valores de

contratos firmados por outros órgãos do setor público de infraestrutura de transportes, como DER de alguns estados. Esses valores variam entre R\$189,78/m e R\$330,19/m para serviços de fornecimento e instalação de defensas realizados entre 2007 e 2010.

22.2 Também são apresentados valores de contratos do DNIT, entre 2009 e 2010, variando na faixa de R\$ 226,36/m a R\$ 332,56/m (f. 16 do Anexo 4). Acrescenta que esses contratos são de serviços a serem prestados em trechos rodoviários novos, que possuem menos complexidade e dificuldade para sua realização.

Manifestação do DNIT (f. 02/08 do Anexo 5)

23. Em nota elaborada pelo Coordenador Geral de Custos de Infraestrutura (f. 03 do Anexo 5), o DNIT informa que a empresa Armco já teria respondido questionamento semelhante. Segundo a resposta dessa empresa, os preços das defensas metálicas podem ser reduzidos em função de encomendas de quantidades mais elevadas e de antecedência dos pedidos, que permite a programação mais eficiente da produção.

23.1 Acrescenta a nota que os preços do Sicro referem-se a pagamentos à vista e fornecimento imediato.

24. Em outra nota, elaborada pelo Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias (f. 04/08 do anexo 5), o DNIT alega que recebeu da empresa Armco Staco em 2008 uma cotação de preços para as defensas no valor de R\$ 175,00/m (f. 11 do Anexo 5).

24.1 Segundo a nota, pesquisa realizada na internet revelou preços pagos por DER de alguns estados variando entre R\$170,00 e 190,54, para o fornecimento das defensas.

24.2 O DNIT alega, ainda, que a empresa Marangoni informou que os valores informados à 1ª Secex estavam equivocados. Em carta encaminhada ao DNIT, juntada aos autos à f. 49 do Anexo 5, a empresa Marangoni informa que o preço cotado para a 1ª Secex, de R\$ 95,00/m, refere-se, na verdade, ao fornecimento apenas da lâmina da defesa. O preço por metro do conjunto completo de materiais para as defensas seria de R\$ 159,79.

Análise das manifestações apresentadas quanto ao sobrepreço das defensas metálica

Questões preliminares - pontos paralelos ao custo das defensas

25. Inicialmente, cabe destacar que o exame realizado neste processo recaiu apenas sobre os preços do fornecimento dos materiais das defensas. Esses materiais fazem parte da composição do serviço relativo ao fornecimento e instalação de defensas, na qual são computados outros itens, como mão de obra, transporte interno, custos financeiros e BDI.

25.1 Dessa forma, alguns dos fatos alegados pelos manifestantes não interferem no exame dos preços das defensas, pois representam custos já contemplados em outros subitens da composição do preço do serviço.

25.2 É o caso do custo do transporte interno, que foi objeto de contestação do Consórcio 5A. Esse custo pode ocorrer quando a empreiteira transporta as defensas de um canteiro para o local de instalação e está contemplado na composição do serviço pela introdução do uso de um caminhão (ver f. 47 do Anexo 2). Esse custo pode ser bastante reduzido se a empreiteira programar a entrega dos materiais de modo a que o transportador que os traz da fábrica já os entregue no local de instalação.

25.3 Os custos que podem ocorrer pela necessidade de canteiro, também alegados pelo Consórcio 5A, não foram demonstrados. Na verdade, os serviços de instalação de defensas são bem mais simples do que outros serviços rodoviários, como, por exemplo, os de terraplenagem e pavimentação, nos quais há necessidade de espaço

para guarda e manutenção de equipamentos e máquinas de maior porte. Desse modo, é razoável supor que os custos de pequenos canteiros e alojamentos necessários para os serviços de instalação de defensas estão atendidos na parcela de BDI constante na composição dos preços unitários de todos os itens de serviço que compõe os contratos. Observe-se que, conforme composição do BDI do Consórcio 5A, à f. 35 do Anexo 1, foi considerada uma parcela para administração local.

26. Outro ponto alegado pelo Consórcio 5A foi o fato de que os serviços devem ser realizados em longa extensão de rodovias e ao longo de períodos de meses, o que implica a compra das defensas em parcelas e que precisam ser transportadas para diversos locais.

26.1 Quanto a esse aspecto, observa-se que os serviços objeto do edital em análise são divididos em lotes, de modo que cada contrato consiste em serviços realizados em trechos delimitados e próximos. Já o fato de as compras serem parceladas não representa prejuízo à economia de escala, pois a empreiteira pode negociar a quantidade total de defensas, mas para entrega e faturamento programados e feitos em parcelas de acordo com as datas da execução de cada parte do contrato. Nesse ponto, observa-se a informação dada pela Armco ao DNIT, de que a programação antecipada das entregas é um fator importante para permitir a redução dos preços (ver item 23 acima). E quanto à necessidade de entregas das parcelas dos materiais em locais distintos, isso também não representa maior custo, uma vez que o transporte é feito por caminhões, cujas quantidades transportadas certamente são adequadas ao volume de material das parcelas.

27. Em relação ao preço do frete, ele foi incluído nos preços cotados pelos fornecedores na pesquisa realizada pela 1ª Secex, pois os valores foram dados para entrega dos materiais em diversos estados. Da mesma forma, as tabelas do Sicro são elaboradas por estado, de modo que os preços são correspondentes aos materiais fornecidos naquelas localidades. Desse modo, o custo do frete foi incluído nos preços obtidos pela 1ª Secex e está contemplado nas composições do Sicro e nas que são utilizadas nas propostas das licitantes, de modo que a comparação está correta nesse aspecto.

28. Outro fato alegado pelos manifestantes foi o de que os preços obtidos pela 1ª Secex são para pagamento à vista, enquanto os serviços contratados serão pagos após algum tempo, decorrendo disso um custo financeiro.

28.1 Com relação a esse fato, realmente, os preços obtidos na pesquisa de preços da 1ª Secex não têm indicação de prazo para pagamento, o que permite concluir que devem ser para pagamento à vista. Contudo, os preços do Sicro também são para pagamento à vista, conforme, inclusive, informou o DNIT em sua manifestação (ver item 23.1 acima). Desse modo, a comparação dos preços pesquisados pela 1ª Secex com os do Sicro está correta nesse aspecto.

28.2 Além disso, a composição do Sicro já inclui, na parcela de BDI, um percentual de custo financeiro, para atender a essa possível diferença de preços que a empreiteira terá que pagar pelo financiamento da compra. Observe-se que, conforme composição do BDI do Consórcio 5A, à f. 35 do Anexo 1, foi considerada uma parcela para custos financeiros, de 1,15% sobre os custos diretos.

29. As alegações examinadas até aqui representam questões preliminares e paralelas levantadas pelos manifestantes. Seu exame, realizado nos itens acima, evidenciou que consistem em argumentos contestáveis e frágeis, além de que não têm relação direta com o ponto no qual o exame está centrado, o sobrepreço do insumo defensas metálicas, tratado de forma destacada da composição de preço do serviço relativo ao fornecimento e instalação de defensas. Desse modo, os argumentos examinados até aqui não são procedentes para afastar a irregularidade relativa ao ponto examinado.

Preços de mercado das defensas metálicas

30. O principal argumento apresentado por todos os manifestantes foi o de que os preços do Sicro estão compatíveis com os preços de mercado, esses demonstrados por contratações realizadas por diversos órgãos de infraestrutura de transportes.

30.1 As tabelas do Sicro para o mês de setembro de 2008 (f. 31/46 do Anexo 2), data essa indicada como referência no Edital (ver f. 78 do Anexo 2) do DNIT, indicam preços entre R\$ 177,15 e R\$ 196,00 por metro para os materiais das defensas.

30.2 O DNIT apresentou cotação da empresa Armco Staco, em 2008, para fornecimento de defensas no valor de R\$ 175,00/m e acrescentou que os preços pagos por DERs de alguns estados variam entre R\$170,00 e 190,54.

30.3 Segundo o Consórcio Bravias, o fornecimento simples de defensas foi objeto de contratações do DER/SP e do DERSA na faixa de R\$ 196,92/m a R\$ 190,54/m.

31. Por outro lado, a cotação apresentada em março de 2010 pela empresa Armco-Staco, em atendimento a solicitação da 1ª Secex ao seu representante comercial (f. 26 do Anexo 2), consistente em preço por metro à vista do sistema completo de defensas, colocado no local informado e sem a instalação, foi a seguinte:

Rio de Janeiro: R\$122,00;

Porto Alegre: R\$ 130,00;

Manaus: R\$ 152,00;

Data de referência: março de 2010

32. A 1ª Secex obteve outro dado relevante para demonstrar preços de mercado efetivamente praticados. Trata-se do preço efetivamente cobrado pela empresa Armco-Staco em contratação junto ao Exército para obras na BR 101/NE, conforme nota fiscal apresentada pela empresa (f. 73/74 do Anexo 2). Abaixo são apresentadas as informações dessa transação:

- Preço total para fornecimento e instalação de 1.194m: R\$ 139.698,00

- O preço por metro é de R\$117,00

32.1 Considerando-se que, nas composições do Sicro (f. 31/64 do Anexo 2) para diversas regiões do Brasil, o custo do material corresponde, em média, a 82% do custo total do serviço, tem-se que, no caso acima, o custo das defensas, sem a instalação, é de aproximadamente R\$ 96,00/m, a preços de fevereiro de 2008.

33. Para comparar os preços considerados neste exame, é necessário ajustá-los para meses comuns. Segundo disposto no item 23.1.1 do edital, os preços do item 1 dos serviços, relativo ao fornecimento e instalação das defensas, será reajustado pelo Índice de Obras Hidrelétricas - Produtos de Aço Galvanizado (col. 22). De acordo com os valores informados na revista Conjuntura Econômica, esse índice sofreu redução em certo período situado entre fevereiro de 2008 e março de 2010, considerado no presente exame. Tal variação, abaixo ilustrada, confirma a informação prestada pela empresa Marangoni em carta recentemente encaminhada ao DNIT, juntada aos autos à f. 49 do Anexo 5 (ver item 24 acima).

Índice de Obras Hidrelétricas - Produtos de Aço Galvanizado (Col. 22).

Fevereiro de 2008: 259,395

Março de 2008: 261,621

Setembro de 2008: 303,327

Dezembro de 2008: 246,900

Abril de 2009: 245,839

Julho de 2009: 282,521

Dezembro de 2009: 283,182

Março de 2010: 283,39

33.3 Reajustando-se, então, os preços obtidos pelo Exército segundo a

variação do índice acima indicado, tem-se, para setembro de 2008, mês de referência indicado no item 23.1.1 do edital da licitação em exame, R\$ 112,26/m e, para março de 2010, tem-se R\$ 104,88.

33.4 Reajustando-se os preços do Sicro (item 30.1 acima) entre setembro de 2008 e março de 2010, tem-se uma faixa de R\$ 165,50 a R\$ 183,12 por metro.

33.5 Observa-se, assim, que os valores efetivamente pagos pelo Exército, reajustados para março de 2010, chegam a ser inferiores aos preços cotados pela empresa Armco em resposta à solicitação da 1ª Secex. E as duas cotações obtidas pela 1ª Secex ficam bastante abaixo dos preços do Sicro, ainda que reduzidos pelo reajustamento realizado, e dos preços indicados pelos manifestantes. A tabela abaixo resume os valores comparados considerando o mês de março de 2010 (valores em R\$/m).

Preços obtidos pela 1ª Secex	Preços do Sicro	Preços dos manifestantes
Cotação Armco	Contrato do Exército	Bravias
122,00 a 152,00	104,88	165,50 a 183,12
	190,54	a 196,92

34. Verifica-se, então, uma contradição nas informações obtidas e tratadas neste exame. Além da cotação da empresa Armco ao DNIT, no valor de R\$ 175,00/m, essa mesma empresa respondeu a recente solicitação do Exército indicando o preço de R\$ 178,00/m para o fornecimento das defensas (f. 75/76 do Anexo 2). Ou seja, os valores cotados pela Armco para o DNIT e para o Exército são bem superiores aos que foram informados pelo seu representante comercial para a 1ª Secex e aos que foram efetivamente cobrados por ela em contratação junto ao mesmo Exército.

35. A empresa Marangoni também foi solicitada pela 1ª Secex a cotar os preços para as defensas e respondeu, por meio de seu representante comercial, indicando valores entre R\$ 97,05 e R\$ 107,72 (incluindo impostos), conforme o local de entrega (f. 29 do Anexo 2). Entretanto, após ser consultada pelo DNIT sobre esse valor, a empresa respondeu que seu representante comercial havia cometido um equívoco na cotação, pois o preço fornecido referia-se apenas à lâmina e não considerava os demais elementos do sistema de defesa. Uma vez que o preço informado pelo representante, de R\$ 95,00/m (sem impostos), agora era apenas o valor da lâmina, e considerando que havia uma cotação de 2008 em que a lâmina custava R\$100,00, a empresa realizou um cálculo proporcional, reduzindo em 5% o valor do sistema informado anteriormente, em 2008, chegando a um valor de R\$ 159,00/m. A empresa justificou essa redução dos preços com a crise mundial de setembro de 2008.

36. É interessante observar que as empresas licitantes no Edital 159/2009 chamadas aos presentes autos não optaram e sequer cogitaram apresentar provas cabais dos preços efetivamente pagos aos fornecedores de defensas. Em que pese o alegado princípio do sigilo comercial, a apresentação de notas fiscais seria uma prova prática de absoluta eficácia para demonstrar se os preços do Sicro e dos contratos estão alinhados com os preços praticados no mercado.

Deficiências no Sicro e na pesquisa de preços do DNIT

37. Nesse ponto, cabe trazer para o presente exame algumas constatações do relatório de auditoria no Sicro realizada pela Secob no TC 021.288/2006-1 (processo atualmente em fase de despacho na unidade técnica), inclusive admitidas pelo próprio DNIT:

- os preços informados por fornecedores são superiores aos valores praticados no mercado;
- existem deficiências e falta de confiabilidade nas pesquisas de preços para o Sicro, causadas por falta de funcionários treinados e falta de recursos materiais;
- o DNIT precisa melhorar a crítica dos preços coletados para levar em consideração os descontos dados sobre os preços tabelados e por economia de escala.

37.1 O referido relatório da Secob menciona outro caso específico de

contratação de defensas, tratado no Acórdão 82/2006-Plenário, em que a empreiteira justificou seu preço mais baixo apresentando notas fiscais com preços de defensas bem abaixo dos preços do Sicro.

38. Quanto ao possível procedimento de fornecedores de defensas de informarem ao DNIT valores superiores aos praticados normalmente, as informações coletadas neste processo podem confirmar essa hipótese, levantada na auditoria da Secob.

38.1 Tudo o que foi dito nesta análise indica que as empresas fornecedoras de defensas, ao responderem a solicitações bastante simplórias do DNIT, possivelmente se limitam a informar preços de tabela, que são superiores aos preços praticados normalmente. Esses preços normais podem variar, naturalmente, em função de quantidades, condições de pagamento, tipo de cliente, etc. Porém, certamente os preços cobrados são sempre inferiores aos de tabela, que são informados aos órgãos públicos.

38.2 Essa possível prática dos fornecedores de defensas induz o Sicro a estabelecer preços de referência mais caros do que os custos normais das empreiteiras. Por conseguinte, contratações do DNIT, cujos orçamentos de referência são elaborados com base no Sicro, incorrem em risco de serem antieconômicas pela Administração, especialmente quando não há competição, situação essa verificada com frequência. Segundo o relatório da Secob, foi estimado que os preços do Sicro, em geral, estão superestimados entre 43% e 51% em relação ao mercado.

38.3 Assim, quando há competição nas licitações, as propostas dão descontos de até cerca de 40% sobre o preço de referência. Quando não há competição, uma margem de sobrepreço é mantida, representando, então, antieconomicidade nas contratações. Essa constatação ressalta a importância de o DNIT possuir um sistema de custos adequado.

39. Outro ponto digno de ser ressaltado é o lapso de tempo que aparentemente existe desde a última cotação de preços obtida pelo DNIT, da Marangoni, em agosto de 2008, e da Staco, em abril de 2008. A Marangoni, inclusive, tomou como base o valor informado em agosto de 2008 para, ao atender a recente solicitação do DNIT, realizar seu cálculo para a obtenção de um valor atual para a defesa, em lugar de simplesmente apresentar o valor de uma eventual tabela atual ou mais recente daquela data. Esses fatos corroboram a conclusão de que as pesquisas do DNIT possuem deficiências.

39.1 Ressalta-se que as tabelas do Sicro mantêm os mesmos preços das defensas desde setembro de 2008 até março de 2010 (ver tabelas à f. 40 e f. 77 do Anexo 2, respectivamente), mês para o qual foram divulgadas as últimas tabelas pelo DNIT. Ou seja, os preços de mercado experimentaram queda intensa entre setembro de 2008 e abril de 2009 e, até hoje, aqueles níveis ainda não se reestabeleceram. No entanto, as tabelas do Sicro mantiveram, por todo esse período, os valores de setembro de 2008, os mais altos nos últimos anos.

40. Quanto a deficiências no gerenciamento do Sicro e na sua pesquisa de preços, diversos acórdãos do Tribunal já vêm enfatizando os problemas e a necessidade de sua correção. No Acórdão 962/2010-Plenário, por exemplo, o Tribunal verificou que as pesquisas de preços no estado do Acre deixaram de ser realizadas por vários meses, em função da falta de funcionários treinados.

40.1 Fica clara, então, a deficiência operacional do DNIT quanto ao seu sistema de custos de referência. Entre essas deficiências, destaca-se, para o presente exame, a inexistência de meios e competências para a verificação de preços reais de mercado, que são inferiores àqueles informados por alguns fornecedores.

41. Cabe registrar, então, que o referido processo TC 021.288/2006-1, em instrução na Secob é que trata de auditoria no Sicro, deve tratar desses assuntos de

forma mais geral, realizando as propostas pertinentes. No entanto, no caso específico das defensas metálicas, é necessário e mais urgente que sejam realizadas correções rapidamente, de modo a que sejam evitadas novas contratações antieconômicas desses serviços pelo DNIT.

Conclusão parcial

42. Ante o exame realizado nos itens acima, conclui-se que há indícios consistentes de que os valores do Sicro para as defensas metálicas, adotados pelo DNIT como referência para os preços de mercado e para suas licitações, estão acima dos valores praticados pelos fornecedores. Essa situação tem alto potencial de resultar em contratações com preços antieconômicos, especialmente em caso de pouca competição nas licitações, prejudica o atendimento ao disposto no art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/93, abaixo transcrito, e afronta o princípio constitucional da eficiência administrativa.

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

42.1 Assim, cabe determinação ao DNIT para que, levando em consideração os fatos tratados neste processo, especialmente as evidências de sobrepreço das defensas metálicas nas tabelas do Sicro, apure e inclua nesse sistema os preços reais de mercado para o fornecimento dos referidos materiais, buscando maior diversidade de informações, realizando pesquisa e coleta de preços efetivamente praticados pelos fornecedores, contemplando políticas de descontos em função de condições de pagamento e de fornecimento, entre outras providências pertinentes.

42.2 Deve ser determinado, ainda, que o DNIT não dê andamento a nenhum novo processo de contratação desses serviços e não prorrogue nem faça aditivos a contratos já existentes enquanto esses estudos não forem avaliados pelo Tribunal.

42.3 Entende-se, neste exame, que os fatos apontam para a necessidade de o DNIT contornar uma postura do mercado, constituída pela conduta de fornecedores de defensas de informarem preços sem a consideração de políticas de desconto normais, que, associada à falta de competição nas licitações, resultam em contratos mais dispendiosos do que poderiam ser. Desse modo, uma eventual revisão de contratos já existentes pode vir a ser objeto de questionamentos jurídicos longos.

42.4 Desse modo, considera-se que o foco da deliberação do Tribunal deve ser a busca de maior eficiência nas contratações a partir dos orçamentos de referência do DNIT, o que somente é aplicável para as próximas licitações. Além disso, não se pode afirmar que a suspensão de contratos ou a revogação de licitações produzirá vantagens suficientes para compensar os prejuízos gerados para os usuários das rodovias e os custos administrativos e financeiros relativos a novos procedimentos de contratação.

43. Quanto à atuação dos agentes do DNIT, especialmente os integrantes da CGCIT, entende-se que não há, nos autos, elementos suficientes para analisar conduta eventualmente imprópria de modo a concluir com consistência sobre sua responsabilização pelos fatos levantados.

43.1 Contudo, uma cópia da deliberação que vier a ser adotada nestes autos deverá ser juntada às contas do DNIT dos exercícios de 2009 e 2010 para que, nesses exames, seja avaliada a qualidade da gestão nos aspectos ora tratados.

Conluio e fraude à licitação

Manifestações do Consórcio Bravias (f. 5/6 do Anexo 4)

44. Segundo o Consórcio, ele não teve conhecimento prévio da proposta do Consórcio 5A e nem manteve contato com aquelas empresas. O manifestante se diz idôneo e atuante no ramo há algum tempo, sem que haja mácula contra as empresas constituintes.

45. O manifestante faz alegações quanto à complexidade dos serviços, em que pautou o trabalho de elaboração de sua proposta. Afirmou que a correção manuscrita feita pela Comissão de Licitação foi acertada e se deu apenas para retificar cálculo realizado.

46. Quanto à semelhança entre as propostas sua e do Consórcio 5A, inclusive no tocante ao erro de digitação observado, alegou mera coincidência. Acrescentou que se houvesse conluio, as propostas seriam diferentes.

Manifestação do Consórcio 5A (f. 16/26 do Anexo 4)

47. O consórcio alega que se utilizou dos dados de composições de custo constantes do processo licitatório e que manteve sigilo de sua proposta. Quanto à correção realizada pela Comissão de Licitação na proposta do Consórcio Bravias, o manifestante descreveu o procedimento. Em seguida, contestou entendimento da 1ª Secex de que não ocorreu erro em planilha constante na sua proposta. Conclui o ponto afirmando que a correção realizada foi acertada, apresentando argumentação para isso.

48. Com relação ao indício de conluio, o manifestante considerou singela a conclusão da 1ª Secex de que os Consórcios Bravias e 5A teriam apresentado "propostas que continham planilhas de preços unitários com a mesma aparência e idêntico conteúdo, inclusive com relação aos preços unitário de todos os 21 itens de serviço e ao preço total proposto...".

49. Afirma que não é verdade o alegado e que apresentou sua proposta tomando todos os cuidados inerentes ao sigilo. Acrescenta que a proposta foi formulada com base nos documentos da licitação, especialmente a composição de custos do DNIT.

50. Alega, ainda, que sua proposta foi a mais vantajosa e que não há elementos probatórios de conluio.

Manifestação do DNIT (f. 9 do Anexo 5)

51. O DNIT manifestou-se por meio de nota da Coordenação-Geral de Cadastro e Licitações - CGCL. Alegou que a correção realizada em duas planilhas de composição de custos do Consórcio Bravias se fez necessária em razão de um erro aritmético. Essa correção produziu alteração em preços unitários constantes na planilha de preços, alterando, também, o valor total da proposta.

52. Quanto ao indício de conluio, a Comissão alegou que seriam necessárias provas claras de que houve ajuste entre as partes com o objetivo de se beneficiarem.

Análise das manifestações apresentadas quanto ao indício de conluio

53. Conforme exposto anteriormente, o principal fato que constitui o indício de conluio foi a apresentação de planilhas de preços idênticas pelos Consórcios Bravias e 5A, para o lote 6 da licitação.

54. As planilhas de preços são compostas por colunas com a discriminação do item da obra, serviço, a unidade de medida, a quantidade prevista, o preço unitário e o preço total de cada item. Os valores relativos à discriminação, à unidade de medida e à quantidade prevista são fornecidos pelo DNIT, no seu orçamento de referência, e devem ser copiados nas planilhas propostas pelos licitantes. Já os valores relativos aos preços unitários devem ser indicados por cada licitante, assim como os valores da coluna dos preços totais de cada item, que são o produto do preço unitário pela quantidade.

54.1 Assim, os valores relativos aos preços unitários e totais de cada item,

assim como a soma desses, que perfaz o valor total da obra, compõem a proposta de cada licitante, de acordo com suas possibilidades de executar os serviços pelo menor preço possível e de acordo com sua intenção de competir.

54.2 Os preços unitários indicados na planilha de preços devem ser, cada um deles, demonstrados por planilhas específicas de composição de custos, ou de preços unitários. Cada licitante deve apresentar também suas planilhas de composição de preços unitários.

55. A esse respeito, o referido erro cometido pelo Consórcio Bravias ocorreu na sua planilha de composição de preços unitários relativa aos serviços de "Defensa semi-maleável simples" e "Ancoragem para defesa semi-maleável simples" (f. 186 e 187 do Anexo 1). Esse erro ocorreu na obtenção do preço por metro do material referente à defesa.

55.1 A correção do erro alterou o preço unitário desses dois serviços, de modo que foi necessária a correção dos valores transportados para a planilha de preços da licitante, à f. 184 do Anexo 1. Assim, a soma dos preços dos itens do serviço, que constitui o valor total da proposta do Consórcio Bravias, também foi alterada, passando de R\$10.802.735,83 para R\$10.982.213,35.

56. Uma vez que o Consórcio Bravias e o Consórcio 5A haviam apresentado planilhas de preços idênticas, a alteração para mais do valor do primeiro implicou a consagração da proposta do segundo como vencedora.

57. Diante dessa explicação, verifica-se que, de fato, não há questionamentos quanto à adequação do procedimento da Comissão de Licitação ao realizar a correção.

58. No entanto, a evidência do conluio está, de fato, na apresentação de planilhas de preços unitários idênticas, independentemente de ter ocorrido erro em outras planilhas de apoio, no caso, a de composição de preços. Como já dito, as planilhas de preços unitários têm colunas que devem ser preenchidas pelos licitantes com valores seus, de sua vontade, no tocante aos preços unitários e totais de cada item, assim como à soma dos preços dos itens, perfazendo o valor total da proposta de preços.

59. Considera-se, neste exame, que é praticamente nula a possibilidade de que as duas licitantes adotaram, por mera "coincidência", como alegam os manifestantes, preços unitários idênticos, até a casa dos centavos, para todos os 21 itens da planilha, conforme se pode ver à f. 184 do Anexo 1 e f. 766 do Anexo 1 volume 3.

59.1 Ainda que os manifestantes aleguem que tomaram como base o orçamento do DNIT, verifica-se que, diversamente disso, os preços unitários de suas propostas, iguais entre si, são todos eles diferentes dos preços unitários constantes na planilha do DNIT, juntada à f. 70 do Anexo 2.

59.2 Verificou-se, ainda, que as colunas "preço unitário" das planilhas são idênticas também quanto aos estilos. Nesse sentido, por exemplo, tem-se que, para ambos os consórcios, o valor do preço unitário para o item 1 é dado pelo texto:

"211,51 (duzentos e onze reais e cinquenta e um centavos)"

59.3 Observa-se, então, que não existe espaçamento entre o primeiro parêntese e a palavra "duzentos" e que, diferentemente, existe espaçamento entre a palavra "centavos" e o segundo parêntese. Até mesmo essa identificação entre as planilhas foi considerada, pelas manifestantes, mera "coincidência".

59.4 O referido erro cometido na planilha de composição de preços unitários representa, por sua parte, mais um indício de conluio, pois, embora o Consórcio Bravias tenha indicado preço diferente para a defesa, deixou de alterar o valor por metro do item, que permaneceu idêntico, e sem motivo aparente para isso, ao do Consórcio 5A.

60. Observa-se que os argumentos apresentados pelos Consórcios, tais como a complexidade dos serviços, a aceitação da proposta mais vantajosa e a adequação da providência da Comissão de Licitação para corrigir o erro na planilha de preços do Consórcio Bravias não possuem relação com a apresentação de planilhas de preços idênticas.

60.1 O argumento de que houve mera coincidência na apresentação das propostas é, como já dito, inaceitável, em qualquer processo racional de análise, face à irrisória probabilidade que isso pudesse acontecer.

60.2 Por fim, não procedem e não podem ser aceitas as alegações dos manifestantes de que a constatação apontada neste exame é singela e não constitui prova clara de conluio. Ao contrário, ante a improbabilidade de coincidência, a apresentação de planilhas de preços idênticas é evidência suficiente para se concluir que as licitantes elaboraram as propostas de forma conjunta ou comum, deixando, por algum tipo de falha, de proceder à sua diferenciação antes da apresentação na licitação.

Conclusão sobre o indício de conluio

61. A apresentação de propostas idênticas por parte dos Consórcios Bravias e 5A na licitação relativa ao Edital 159/2009 foi suficientemente comprovada nestes autos pelos documentos juntados e constitui prova de conluio e fraude à licitação e ao seu caráter competitivo. As alegações dos manifestantes não são suficientes para descaracterizar a infração, tipificada na Lei 8.666/93, art. 90, em que é prevista pena de detenção para os responsáveis. A irregularidade também é tipificada como crime contra a ordem econômica de acordo com as normas legais transcritas a seguir:

Lei 8.666/93:

Seção III Dos Crimes e das Penas

(...)

Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Lei 8.137/90:

Art. 4º Constitui crime contra a ordem econômica:

(...)

II - formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando:

a) à fixação artificial de preços ou quantidades vendidas ou produzidas;

(...)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, ou multa.

Lei 8.884/94:

Art. 21. As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no art. 20 e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica;

I - fixar ou praticar, em acordo com concorrente, sob qualquer forma, preços e condições de venda de bens ou de prestação de serviços;

61.1 Nesse caso, cabe a aplicação do disposto no art. 46 da Lei 8.443/92, Lei Orgânica do TCU:

Art. 46. Verificada a ocorrência de fraude comprovada à licitação, o Tribunal declarará a inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal.

61.2 Essa penalidade deverá ser imposta às empresas que constituem os Consórcios Bravias e 5A, em função de sua participação no ato irregular. A formação e a representação dos consórcios especificamente para participação na licitação referente ao Edital 159/2009 estão devidamente documentadas no Anexo 3, mediante os termos

de constituição registrados em cartório e mediante os instrumentos de representação nos presentes autos. Abaixo são listadas as empresas constituintes dos consórcios:

Consórcio 5A:

Sigma Engenharia Indústria e Comércio Ltda - CNPJ 25.898.180/0001-00 (empresa líder do consórcio);

Sinape Sinalização Viária Ltda - CNPJ 34.023.887/0001-55;

Planex Engenharia Ltda - CNPJ 33.049.560/0001-90;

Meng Engenharia Comércio e Indústria Ltda - CNPJ 49.670.524/0001-89;

CAP Construtora LTDA - CNPJ 65.229.601/0001-16;

Consórcio Bravias:

Empresa líder: Sinalizadora Rodoviária Ltda - CNPJ 87.942.454/0001-60 (empresa líder do consórcio);

Pró Sinalização Viária Ltda - CNPJ 44.218.154/0001-20;

Signasul Engenharia de Sinalização Ltda - CNPJ 87.060.364/0001-45;

Faixa sinalização Viária Ltda - CNPJ 74.315.607/0001-05;

Sitran Comércio e Indústria de Eletrônica Ltda - CNPJ 02.004.950/0001-10;

Serget Comércio Construções e Serviços de Trânsito Ltda - CNPJ 02.363.619/0001-96;

Continua Indústria Comércio e Serviços de Sinalização Ltda - CNPJ 01.967.727/0001-05.

61.3 Considera-se as empresas acima devidamente ouvidas nos autos, uma vez que, ao constituírem formalmente os consórcios indicados, indicaram, em seus termos (f. 4/10 e 17/22 do Anexo 3), conforme a Cláusula Quinta, as respectivas empresas líderes, com poderes para representá-las perante o contratante e perante questionamentos administrativos e judiciais. Essas empresas líderes, por sua vez, exerceram regularmente o seu direito ao contraditório e à ampla defesa nos presentes autos, inclusive com a utilização de instrumentos de representação devidamente assinados e específicos para manifestação nos presentes autos, conforme documentos juntados no Anexo 3.

61.4 Além disso, mediante a Cláusula Segunda dos referidos termos de constituição dos consórcios, as empresas constituintes declaram aceitar integralmente a responsabilidade solidária por todos os atos praticados na fase de licitação, bem como na execução dos contratos e seus termos aditivos.

62. Quanto à atuação da Comissão de Licitação, entende-se, de forma semelhante ao primeiro ponto tratado neste exame, que não há elementos suficientes para avaliar a conduta e a responsabilização dos agentes no tocante a não terem percebido a existência de duas propostas idênticas, não terem tomado nenhuma providência a respeito ou, mesmo, não terem entendido que o fato era prova suficiente de conluio.

62.1 Desse modo, é oportuno alertar ao DNIT que, nos presentes autos, foi verificada a existência de duas propostas idênticas apresentadas por licitantes por licitantes distintos para o lote 6 do Edital 159/2009, ocorrência essa que não foi percebida pela Comissão de Licitação e que evidencia conluio entre licitantes bem como demandaria a sua desclassificação do certame, em razão dos vícios tipificados no art. 90 da Lei 8.666/93 e em outros normativos pertinentes.

Fracionamento dos serviços licitados

63. Os manifestantes apresentaram alegações acerca de possível irregularidade pelo não fracionamento dos serviços licitados no Edital 159/2009 em duas partes: fornecimento e instalação de defensas.

64. Entretanto, esse fato já foi examinado na instrução anterior dos autos,